



# Anais da Assembléia

N. 21

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1.988  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Raul Lopes e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (41), achando-se em licença os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação da Ata, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Vinte e quatro Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para deliberação.

Esta Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo pedido do Sr. Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação)

Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. - Aprovada a Ata.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N.<sup>o</sup> 53/88

Curitiba, 07 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Revigoração datado de 08.02.88, ao Convênio celebrado em 26.01.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e o Município de PÉROLA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.<sup>o</sup> 54/88

Curitiba, 07 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 09 de fevereiro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada

Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de ATALAIA, CAFELÂNDIA, CAMBIRA, CENTENÁRIO DO SUL, DOUTOR CAMARGO, FLÓRIDA, IVATUBA, JANIÓPOLIS, MARIALVA, MIRASELVA, PARANACITY, PLANALTINA DO PARANÁ, RIO BOM, SANTA AMÉLIA, SANTA INÊS, SANTA HELENA, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, SÃO CARLOS DO IVAÍ, TERRA BOA e URAÍ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

#### OFÍCIOS:

Sob os n° DTL/69 e 70/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

#### 040/88:

Do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 8746. - Anote-se. Arquive-se.

#### 039/88:

Do PODER EXECUTIVO, que altera a Tabela XIV, do Anexo I, da Lei n° 8671, de 21 de dezembro de 1987, o qual convertido em Lei tomou o número 8747. - Anote-se. Arquive-se.

Of. n° 18/88LIDPFL

Curitiba, 06 de abril de 1988.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para comunicar que todos os Senhores Deputados do Partido da Frente Liberal deverão continuar, neste ano, nas mesmas Comissões Técnicas que participaram em 1987.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus votos de consideração e apreço.

Cordialmente,

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 78/88, de autoria dos Srs. Deputados Antônio Martins Annibelli e Raul Lopes.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) RAUL LOPES.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, seja concedida a prorrogação das Comissões até o dia 30 do corrente.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder da Bancada do PMDB

BASÍLIO ZANUSSO

Líder da Bancada do PFL

PEDRO TONELLI

Líder da Bancada do PT

RAFAEL GRECA

Líder da Bancada do PDT

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder da Bancada do PDS

ERONDY SILVÉRIO

Líder da Bancada do PTB

EZEQUIAS LOSSO

Líder da Bancada do PL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER da Dou- ta Mesa Executiva, lhe seja fornecida Certidão contendo as "conclusões da Comissão de Inquérito destinada a apurar irregularidades que causaram deterioração de alimentos destinados à merenda escolar", Comissão esta de sua iniciativa.

O presente requerimento se justifica face às notícias oficiosas da conclusão dos trabalhos da Comissão.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve e os demais Deputados signatários pedem o registro em Ata de voto de pesar pelo assassinato na esquina das ruas Aminthas de Barros com Ubaldino do Amaral, do proprietário do tradicional Bazar Tiradentes, Sr. ARNALDO GEDANKEN, num domingo em que a polícia do Estado se dedicava a dar ridículas e inócuas batidas de advertência nos motéis da cidade, aterrorizando cidadãos pacíficos - sob os quais só pesava a acusação moral (e também relativa) de se servirem de endereço comercial para prática amorosa.

Este voto de pesar extrapola a formalidade protocolar por pretender servir de alerta a um Governo que anuncia a Seguran-

ça Pública na televisão nos intervalos do noticiário das freqüentes chacinas da população, de um Governo que só tem em seu orçamento 3,4% de despesas previstas com Segurança Pública, e que está agora nas mãos do corpo de policiais e delegados exatamente por sua atitude hipócrita ante problema tão grave como é o da vida dos paranaenses em Segurança.

Assim, pedimos seja encaminhado, não só à viúva e familiares, voto de pesar pela trágica ocorrência, mas também cópia deste seja enviada ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, deste Poder, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Arlindo Desconci, no dia 08 de abril próximo passado, na cidade de Coronel Vivida, neste Estado.

Arlindo Desconci, sempre foi um homem profundamente preocupado com as causas sociais. Sua vida foi uma incansável luta pela busca de melhores condições de vida e trabalho para a população Vividense.

Ex-presidente do Diretório municipal do PDT naquele Município, revelou-se um líder identificado com os clamores de seu povo, que ao longo dos anos, somou amizades e fortes laços, aos quais o Poder Legislativo, nesta hora, associa-se.

Ao descansar do Patriarca, após o dever cumprido, receba a família enlutada os mais nobres votos deste Parlamento.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Douto Plenário que seja feito um voto de pesar, pelo falecimento do Professor Dr. Ary Florêncio Guimarães, ocorrido dia oito de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Desembargador aposentado, Professor Dr. Ary Florêncio, falece aos 72 anos. Membro do Ministério Público por mais de 30 anos, foi Promotor Público, Suprocurador Geral do Estado, Procurador Geral do Estado e integrou o Conselho Superior do Ministério Público. Membro do Conselho Penitenciário por duas vezes e chefe de Ga-

binete da antiga Secretaria de Interior e Justiça e Secretaria de Interventoria Federal do Estado, Professor e fundador da Faculdade de Direito de Curitiba, e professor na Faculdade de Direito da UFP. Autor de diversos trabalhos jurídicos, magistrado de renome, também nesta área ocupou funções de destaque as quais exerceu com esmero e dedicação, agraciado também por isto, com a Medalha de "Mérito Judiciário". O Paraná se enluta, pelo falecimento deste expoente magistrado, que tanto trabalhou e lutou pelo crescer do seu Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de profundo pesar pelo falecimento de Paulo Libânio, ex-prefeito de Santa Cruz de Monte Castelo, ocorrido dia 9 do corrente mês.

REQUER, outrossim, que se dê conhecimento da decisão do Plenário à família do extinto.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a coletividade da região Noroeste do Estado foi tomada de grande consternação diante da inesperada morte do ex-prefeito de Santa Cruz de Monte Castelo, ocorrida na madrugada do último dia 9. Ele foi vítima de atropelamento na rodovia BR-376, juntamente com seu companheiro Terêncio Alves da Cunha, e com o motorista de caminhão Obede Santos de Almeida, que Paulo socorrera momentos antes.

Natural de Silvianópolis, no Sul de Minas Gerais, Paulo Libânio chegou a Monte Castelo em 1959, aí se estabelecendo como farmacêutico. Temperamento alegre, logo fez muitas amizades, elegendo-se prefeito do Município em duas ocasiões. Seu nome vinha sendo novamente cogitado como candidato à Prefeitura, congregando todas as correntes políticas da cidade. Em sua viagem a Curitiba, de onde chegava ao ocorrer o acidente fatal, ele ainda mantivera contactos políticos, tratando também de questões de interesse de seu Município.

Paulo Libânio estava com 51 anos de idade, era casado com Dona Maria Aparecida Sisti Libânio e deixou cinco filhos.

Sua morte foi sentida não só em Santa Cruz de Monte Castelo, cuja população acorreu em massa ao seu sepultamento, mas em todos os municípios da região, de onde acorreram também centenas de pessoas para prestar-lhe uma última homenagem. Mais de

quatro mil pessoas acompanharam o enterro até o cemitério, onde vários oradores se fizeram ouvir. Duas bandas de música, por ele criadas quando prefeito - uma de adultos, outra infantil - se fizeram presentes arrancando muitas lágrimas quando executaram a música "Oh! Minas Gerais".

Todos esses fatos serviram para mostrar que o Noroeste perdeu um grande líder, um político jovem, que serviu muito ao seu povo e que, mesmo antes de morrer, seu último gesto fora estender a mão a alguém que precisava de ajuda. Por tudo isso, Paulo Libânio merece nosso respeito e seu nome há de perpetuar-se na lembrança de quantos o conheceram. Daí, a razão desta manifestação de pesar e de solidariedade a seus familiares e ao povo de Monte Castelo, aos quais ele dedicou sua vida, deixando exemplos de dedicação ímpar e de retidão de conduta.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão plenária de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do desembargador e professor Ary Florêncio Guimarães, ocorrido no dia 07 do corrente mês, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que se dê ciência desta manifestação, à família do extinto e à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade jurídica do Paraná se abalou, no último dia 07, com a notícia do desaparecimento do eminente desembargador aposentado e professor catedrático Ary Florêncio Guimarães.

Homem culto, personalidade cativante, estimado por todos, o extinto exerceu as mais diferentes funções na vida pública de nosso Estado, deixando sempre, por onde passou, o brilho de seu talento e a marca de sua personalidade. Nos cargos que exerceu, no Executivo ou no Judiciário, assim como no magistério, Ary Florêncio Guimarães soube se conduzir com dignidade e honradez, deixando obras notáveis no campo do Direito e participando sempre com atuação marcante em muitos congressos, a nível local, nacional e internacional.

De sua longa e rica biografia, citaria apenas alguns dos seus mais importantes passos, a começar pelo Ministério Público, onde iniciou sua carreira em 1937, como Promotor interino em Wenceslau Braz. Depois foi Subprocurador e Procurador Geral

do Estado, integrando o Conselho Superior do Ministério Público. Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, membro do Centro de Letras do Paraná, sócio da Sociedade Brasileira de Criminologia e Ciência Penitenciária (São Paulo), sócio do Instituto dos Advogados do Paraná, integrante do Instituto Americano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, foi ainda Procurador Regional junto ao Tribunal Regional Eleitoral e integrou a Comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição Estadual, promulgada a 8 de maio de 1967, e redator da Comissão que elaborou o anteprojeto do Poder Executivo para a Constituição do Estado, promulgada em 28 de fevereiro de 1970. Foi, igualmente Consultor Geral do Estado e Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou no ano de 1974. Professor fundador da Faculdade de Direito de Curitiba, Ary Florêncio Guimarães lecionou Teoria Geral do Estado, Direito Administrativo e Direito Judiciário Civil. Na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, lecionou Direito Judiciário Civil. Entre os seus trabalhos jurídicos, destacam-se "Liberdades Fundamentais da Pessoa Humana em face do Estado", tese aprovada no I Congresso Interamericano do Ministério Público, em 1954; várias outras teses, pareceres e artigos em revistas especializadas, editadas em Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Foi membro do Conselho Editorial da Revista dos Tribunais, de São Paulo, e da Revista de Direito Processual, também de São Paulo. Como magistrado, presidiu e organizou seminários e congressos, participando de muitos outros, no País e no Exterior. Foi membro e Presidente do Conselho de Ética do Conselho Regional da OAB e recebeu a Medalha do Mérito Judiciário, da Associação dos Magistrados do Brasil.

Por tudo isso, Ary Florêncio Guimarães deixou com sua morte, uma lacuna imensa nos meios jurídicos do Paraná. E este voto de pesar, que traduz também nossa solidariedade à sua digna família e a toda a magistratura estadual, a que ele esteve tão intimamente ligado, significa o reconhecimento desta Assembléia Legislativa a um dos grandes vultos de nossas cátedras e de nossas letras jurídicas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento à família de João Maria Bastos Marcondes, sito a Av. Vicente Machado, 2456, Guarapuava, contendo votos de profundo pesar pelo passamento, ocorrido

no dia 07 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Radicado na cidade de Guarapuava, João Maria Bastos Marcondes, descendente de tradicional família que muito fizeram pelo desenvolvimento daquela região, e nada mais justo que nós, que o conhecemos de perto, e com ele convivemos, prestemos nossa última homenagem pelas benfeitorias realizadas.

O passamento do Senhor João Maria veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Ary Florêncio Guimarães, ocorrido nesta Capital, dia 07 de abril.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Dia 07 de abril de 1988, a sociedade paranaense, como, de resto, o Estado do Paraná, recebeu entristecida a notícia do falecimento do Senhor Desembargador Ary Florêncio Guimarães.

Professor Catedrático aposentado, Ary Florêncio Guimarães, faleceu aos 72 anos, deixando viúva a Senhora Josefina Pompeo Guimarães. Membro do Ministério Público por mais de 30 anos, sua carreira teve início em 1937, quando foi designado para as funções de Promotor Público interino na cidade de Wenceslau Braz. Promotor Público por concurso exerceu esse cargo em várias comarcas do interior, entre elas Ponta Grossa, Guarapuava e São José dos Pinhais. Em 1947, quando exercia a 1.<sup>a</sup> Promotoria Pública de Curitiba, foi nomeado Subprocurador Geral do Estado. Mais tarde, Procurador Geral do Estado, integrou o Conselho Superior do Ministério Público.

A vida pública de Ary Florêncio foi de intensa atuação, tendo sido por duas vezes membro do Conselho Penitenciário e logo após a reconstitucionalização, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da antiga Secretaria da Interventoria Federal do Estado. Participou da extinta comissão revisora, instituída pelo "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias", da Carta Política Estadual de 1947.

Entre os cargos e funções que exerceu

destacam-se os de fundador e primeiro Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, membro do Centro de Letras do Paraná, sócio da Sociedade Brasileira de Criminologia e Ciência Penitenciária (São Paulo), sócio do Instituto dos Advogados do Paraná, integrante do Instituto Americano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil (Estado do Paraná). Desempenhou ainda as funções de Procurador Regional junto ao TRE. Integrou a comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição Estadual promulgada a 08 de maio de 1967, tendo sido redator da comissão que elaborou o anteprojeto do Poder Executivo para a Constituição do Estado, promulgada em 28 de fevereiro de 1970. Exerceu, também, o cargo de Consultor Geral do Estado.

Professor fundador da Faculdade de Direito de Curitiba, Ary Florêncio nela lecionou as cadeiras de Teoria Geral do Estado, Direito Administrativo e Direito Judiciário Civil. Na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná lecionou a disciplina de Direito Judiciário Civil.

Autor de diversos trabalhos jurídicos entre os quais "Liberdades Fundamentais da Pessoa Humana em Face do Estado, tese aprovada no I Congresso Interamericano do Ministério Público em 1954; Aspectos da Ação Popular de Natureza Civil, dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1957; o Ministério Público no Mandado de Segurança, tese apresentada para o concurso à Cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito da UFPR, realizado em 1959; do Mandado de Segurança Contra Ato Jurisdicional no Direito Brasileiro, comunicação apresentada ao I Congresso Internacional e 33.<sup>a</sup> Jornadas Latino-Americanas de Direito Processual Civil, em 1962. Publicou ainda pareceres e artigos em diversas revistas especializadas, editadas em Curitiba, São Paulo e Porto Alegre.

Exerceu também a chefia do Departamento de Direito Civil e Processo Civil, do curso de Direito do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR. Desempenhou as funções de Presidente do Departamento Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná; membro do Conselho Editorial da Revista dos Tribunais, de São Paulo, e da Revista de Direito Processual, também de São Paulo.

Depois de dois anos como Desembargador do Tribunal de Justiça, aposentou-se em 1974. Como magistrado presidiu 15 seminários regionais de magistratura paranaense; organizou o I Congresso Estadual da Magistratura Estadual, realizado em Curitiba, no ano de 1978; em convênio com o Tribunal Regional Eleitoral, organizou o I Encontro da Magistratura Eleitoral do Paraná, rea-

lizado em 1980. Presidiu e organizou o I Encontro Interestadual de Magistrados (Paraná-São Paulo), também em 1980. Como representante da Associação dos Magistrados do Paraná, participou, no Rio de Janeiro, do VI Congresso Internacional de Magistrados, realizado sob o patrocínio da União Internacional dos Magistrados. Participou, como convidado especial das Primeiras Jornadas de Direito Processual, realizadas em Montevideu, patrocinado pelo Instituto Uruguaio de Direito Processual, em homenagem ao 25º aniversário de morte do professor Eduardo J. Couture. Foi membro e Presidente do Tribunal de Ética do Conselho Regional da Ordem dos Advogados e foi agraciado com a medalha do "Mérito Judiciário", pela Associação dos Magistrados do Brasil.

O passamento do desembargador Ary Florêncio, veio abrir enorme lacuna, no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, deixando o exemplo de sua bondade.

Foi um grande vazio na sociedade paranaense, cuja população chora a ordem de um e seus membros mais ilustres, que dedicou uma vida consagrada à magistratura, à sociedade e a família. Extinguiu-se aqui na terra para germinar no céu e, como lírio, florescer eternamente diante de Deus.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Guimarães, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente suscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações, ao Grupo Folclórico BARVINOK, pelas apresentações nos Estados Unidos da América e no Canadá.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) VERA AGIBERT

#### JUSTIFICATIVA:

O Grupo Folclórico Barvinok da Sociedade União Agrícola Instrutiva, é composto de jovens entusiastas, amantes da cultura e tradições Ucrânianas. Fundado em 1930, foi convidado a representar o Brasil, nas comemorações do Milênio do Cristianismo da Ucrânia nos Estados Unidos da América e Canadá. Com o seu dinâmico Presidente, Senhor Jeroslau Volochitchuk, o elenco apresentou-se com sucesso em dezesseis cidades entre outras Washington, New York e Toronto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Mauro Saldanha Baruque, pela sua investidura como Presidente da Associação de Instituições de Metrologia.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Mauro Saldanha Baruque.

Sala das Sessões, em 05.04.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A escolha do Dr. Mauro Saldanha Baruque, para as elevadas funções de Presidente da Associação de Instituições de Metrologia, encheu de júbilo todo o Estado do Paraná, que contará com a inteligência, patriotismo, a cultura, o espírito público de uma das figuras mais importantes do Estado.

O Dr. Mauro Saldanha Baruque com seu talento, com sua cultura, saberá honrar a confiança que lhe foi depositada, para gerir os destinos da nova Associação de Instituições de Metrologia, cuja escolha recaiu sobre a pessoa perfeitamente identificada com a problemática da Metrologia e, temos certeza que exercerá com brilho mais esta responsabilidade que lhe foi atribuída.

A entidade recém criada atuará como organismo de fortalecimento de todas as instituições de metrologia do país, sendo os principais objetivos da Associação, que representa todos os institutos de Metrologia do Brasil, são, além do fortalecimento destas instituições através de convênios de cooperação técnica e financeira, instalar mecanismos de defesa da população e dos bons empresários bem como dos técnicos em metrologia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Tapejara, Senhor Carlito Schmidt Villela, votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município, comemorado no dia de hoje, 11 de abril de 1988.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,



REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Interact Clube de Ivaiporã, pelo excelente trabalho de caráter social desenvolvido por esta entidade e que se refere à captura de cobras para a produção de soro ofídico.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência a Presidente do Interact Club, senhora Alessandra Maria Moreira, no seguinte endereço: Caixa Postal n. 294 A/C do Rotary Club de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A falta constante de soro antiofídico no Brasil inteiro tem impedido que milhares de vidas tenham sido salvas.

O número de pessoas do meio rural, que são picadas por cobras venenosas tem crescido ano após ano.

Somente através de campanhas de esclarecimento da opinião pública sobre os procedimentos de captura de cobras e outros animais peçonhentos, bem como dos cuidados e procedimentos profiláticos e terapêuticos das vítimas, poderemos minorar este grave problema hoje enfrentado pelos paranaenses e pelo povo brasileiro em geral.

O Interact Club de Ivaiporã ao promover a capturas de cobras, e o seu encaminhamento aos institutos, para a produção do soro antiofídico por certo que estará contribuindo para salvar inúmeras vidas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela realização, em nossa Capital, de 31.03.88 a 02.04.88, da X CONVENÇÃO NACIONAL DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS:

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à CENSAAPAR - Rua Cruz Machado, 66 - 15º andar - Cj. 1504 - CEP 80.410 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

É admirável o esforço e a boa vontade de homens e mulheres que buscam através dos princípios filosóficos dos DOZE PASSOS, a libertação, a elevação e a redenção dentro de uma irmandade de AA, apoiados por aqueles que freqüentam o Al-Anon e Alateen.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Dr. Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de gestionar pela implantação de ensino regular e supletivo de 1º e 2º graus, noturno, na localidade de Timbu Velho, em Campina Grande do Sul.

A atual conjuntura nacional e o modelo econômico existente em nosso País, faz com que a cada dia, saiam mais jovens de suas casas, a maioria deles ainda em idade escolar, para o trabalho, de modo a cooperar para um aumento da renda familiar.

Entretanto, com o agravamento da situação econômica e social brasileira, hoje, muitas crianças estão sendo utilizadas como mão-de-obra, principalmente pela necessidade de colaborar no orçamento familiar, na maioria dos casos, insuficiente para manutenção de uma família.

Trabalhando todos os dias, quase sempre, em período integral, fica difícil estudar, o que acreditamos, será em parte solucionado, com a implantação de ensino de 1º e 2º graus regular e supletivo, na localidade de Timbu Velho, em Campina Grande do Sul, aproveitando-se a infraestrutura de alguma unidade educacional existente na região.

REQUER, ainda, que da decisão deste Poder, se dê ciência à Associação de Moradores do Jardim Paulista e Adjacências, em Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 17.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Doutor Wagner Brusolo Pacheco, Digníssimo Procurador Geral do Estado, solicitando a instalação de uma Procuradoria Regional do Estado, na sede do Município de Ivaiporã/PR.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma Procuradoria Regional do Estado na sede do Município de Ivaiporã, virá propiciar maior agilização e melhor desempenho nos julgamentos dos Processos cabíveis à Procuradoria Geral do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaza Mongrúel, no sentido de viabilizar

a construção de 50 (cinquenta) casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, Via COHAPAR, no Município de Morretes.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidas através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Orlando Conforto.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, 03.03.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública no dia 23 de abril às 10 horas, para que, perante a Comissão de Segurança Pública deste Poder, preste esclarecimentos sobre fatos constantemente veiculados pela imprensa de todo o Estado e, inclusive alcançando destaque nacional.

Os fatos noticiados dão conta de conflitos entre policiais civis e militares, que se degladiam publicamente enquanto a população permanece à mercê da marginalidade e da criminalidade.

Soa a nível nacional o fato de os policiais paranaenses estarem promovendo uma intensa campanha contra o jogo do bicho, com o único intuito de pressionar o Governo Estadual a autorizar os aumentos salariais reivindicados pela corporação.

Com menor destaque, há ainda outras questões merecedoras de atenção por parte daquela secretaria, as quais gostaríamos de ver esclarecidas, para que não pairassem dúvidas quanto a probidade e imparcialidade do titular da pasta, diante dos fatos noticiados que atemorizam a população, levando-a ao descrédito nos homens da segurança pública.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) ALCACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da nota à imprensa, de autoria da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Pelo presente temos a finalidade de unirmo-nos à Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, no tocante ao infeliz episódio ocorrido com o Jornalista Leones Rocha.

Não poderíamos deixar em branco tal repúdio ao fato ocorrido e muito menos, calarmo-nos frente a posição tomada por aquela Diretoria, que apoiou o jornalista agredido, repudiando o agressor que também é um profissional antes de ser Deputado Estadual.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no exercício do mandato parlamentar, REQUER, após a manifestação do Plenário, que seja registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o referido editorial, que trata da covarde agressão cometida no dia 08 de abril deste ano, nas dependências da Assembléia Legislativa, pelo Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, contra o jornalista Liones Rocha, publicado pelo Jornal "Indústria e Comércio", na Edição de 09 a 11 de abril de 1988, intitulado "A Assembléia Legislativa, mais um ato covarde".

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) PEDRO TONELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A agressão física cometida pelo Deputado contra o jornalista representa um ato de truculência inadmissível. Podem ser tiradas do fato várias conclusões perfeitamente justificadas: o Deputado, com sua violenta reação, forneceu a mais acabada comprovação das notícias que motivaram sua fúria; a agressão não foi cometida apenas contra o jornalista Liones Rocha, tendo sido atingidos na verdade, todos os jornalistas e a liberdade de imprensa e de informação; se não houver um repúdio claro, por parte desta Casa, à atitude do Deputado, estará sendo avalizada a agressão física como recurso que poderá ser utilizado doravante contra qualquer repórter; e, finalmente, a agressão já mereceu apropriadamente o repúdio dos Deputados da Oposição, do Comitê de Imprensa da Assembléia e do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, além da condenação dos jornalistas nas redações. A Assembléia Legislativa deve ser uma casa do povo e, por isso, o trabalho dos profissionais de imprensa, não pode sofrer restrições ou intimidações e, muito



menos, ser constrangido pela violência física. Por isso, a agressão cometida pelo Deputado Nestor Baptista é um insulto indesculpável à democracia que não deve passar como se nada fora por esta Casa de Leis.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 079/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1°- O artigo 14 da Lei n° 8216, de 31 de dezembro de 1985, passa ter os seguintes itens:

"Art. 14 ...

I- .....

II- .....

III- .....

IV- de propriedade de instituições religiosas (igrejas);

V- de propriedade de entidades filantrópicas e de assistência social.

Art. 2°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) JOSÉ FELINTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A isenção do IPVA é uma forma de contribuir para o fortalecimento de entidades ou associações que sirvam à comunidade de forma desinteressada e visando o bem comum.

Além das instituições devotadas ao trabalho filantrópico e de assistência social, temos as instituições religiosas, que oferecem auxílio e orientação espiritual e, muitas vezes, desempenham importante papel de promoção social.

Sobre o aspecto financeiro do projeto, não causará nenhum desfalque, tendo em vista que as isenções não atingirão 0,0001% da receita do IPVA no Estado.

Estamos convictos do alcance social da medida que estamos propondo. Confiamos, portanto, contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 080/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1°- Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SOBASLUZ", com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente de Assistência Social- SOBASLUZ, que pretendemos declarar de Utilidade Pública, é uma instituição de caráter cívico, religioso, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, para libertar, promover e integrar pessoas de qualquer raça, cor ou credo religioso.

Entre os seus deveres, destacamos: a) Assistência Espiritual, e prestação de trabalho que vise a educação cristã dos beneficiários e sua integração sócio profissional; b) a promoção humana, da pessoa necessitada de recursos econômicos, com os meios e possibilidades ao seu alcance; c) recuperação integral de pessoas escravizadas pelos vícios de psicotrópicos, entorpecentes, alcoolismo ou outras drogas.

Portanto, submetemos o presente Projeto de Lei a apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 081/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1°- Fica declarada de Utilidade Pública a "União dos Deficientes Físicos de Cambé- UNIDEFI", com sede e foro na Cidade de Cambé.

Art. 2°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### JUSTIFICATIVA:

A "União dos Deficientes Físicos de Cambé- UNIDEFI", que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 11 de julho de 1981, é uma entidade associativa de caráter assistencial, com sede na Cidade de Cambé.

Tem por finalidade proporcionar às pessoas portadoras de deficiência a garantia de sua integração plena na sociedade.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei a apreciação de nossos Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Nobre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Neste momento em que ocupamos esta tribuna é para falarmos de um assunto da maior importância acontecido no meio da semana próxima passada. Já naquela ocasião, na quarta-feira, e na quinta-feira posteriormente, era para termos vindo a tribuna, mas tal não ocorreu e somente hoje é que temos esta oportunidade de virmos

falar da importância que foi a medida adotada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e também pelo Secretário Osmar Dias, de privatização de setores da companhia agropecuária e fomento econômico, a CAFE do Paraná.

Há muito nós vínhamos pregando e defendendo tal privatização de alguns setores desta empresa, porque entendíamos que comercialização de insumos, produção, tratamento e comercialização de sementes de algodão e outros setores daquela empresa poderiam muito bem serem desenvolvidos como serão tenho certeza pela iniciativa privada através das cooperativas do Paraná.

Fica, portanto, o registro da satisfação que temos de ver tal medida implementada, nós que já no quinto ano de mandato nesta Casa, tivemos a oportunidade de, em mais de uma ocasião, falarmos, conversarmos e nos reunirmos com os setores do cooperativismo paranaense e do sindicalismo paranaense, para que tal medida fosse discutida e aprovada. Finalmente na última quarta-feira o cooperativismo do Paraná e o Governo do Estado chegaram a esse entendimento pelo qual tivemos parte da CAFE do Paraná privatizada, numa demonstração de que querendo, realmente, as coisas acontecem no Governo do Estado.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, (lê) - "Venho a tribuna na tarde de hoje, para dizer que chegou ao conhecimento do Bloco Parlamentar Agropecuário que produtores do vizinho Município de Contenda estão passando por sérias dificuldades, principalmente por não encontrarem junto aos agentes financeiros locais, o apoio em termos do crédito de custeio para fazerem frente às despesas oriundas da implantação de suas lavouras.

Todos os Senhores Deputados sabem que, recentemente, os bataticultores tiveram prejuízos enormes, pelos baixíssimos preços recebidos pela batata, na última safra.

Como se isto já não bastasse, problemas outros estão surgindo e que fazem com que esses bataticultores sofram mais alguns infortúnios.

O Banco do Estado do Paraná fez um atendimento de custeio, mas foi alguém ainda das necessidades dos produtores. O Banco abriu na quarta-feira de cinzas, e à tarde já tinha fechado tal atendimento, por falta de recursos suficientes.

Por sua vez o Banco do Brasil, anteriormente, havia acatado cerca de 300 propostas, contudo a agência de Contenda recentemente mudou de nível tendo assumido atribuições que antes eram da alçada da agência da Lapa. Com os problemas da PROAGRO, atendimento de outras atribuições normais do Banco, etc., tal agência ficou sem capacidade física de proceder as medi-

das administrativas legais para liberar os custeios dos produtores.

Na última sexta-feira fomos informados que o Banco do Brasil S/A, de Contenda, ainda não tinha liberado nem 50% das propostas de custeios antes acatadas.

Acontece, porém, que os produtores confiando na liberação de tais recursos, pois fizeram as propostas no Banco, compraram os insumos e efetuaram o plantio de suas novas lavouras.

As firmas que venderam os insumos não estão mais esperando para receber e estão mandando os produtores para o Cartório de Protestos. Portanto, Senhores Deputados, isto não é justo, e o Governo Federal precisa tomar medidas urgentes para dotar o Banco do Brasil, em Contenda, de infraestrutura necessária para cumprir com suas obrigações. Outro fato relacionado ao mesmo assunto e que trago ao conhecimento desta Casa, diz respeito ao não cumprimento, por parte dos agentes financeiros de Contenda, da Resolução n. 1431 do Banco Central do Brasil.

Com tal resolução, o Banco Central permitiu que os produtores que contrataram crédito na carteira comercial, (custeio ou investimento), mas que os utilizaram na atividade rural, possam eles serem enquadrados no item 13 da Resolução n. 1352 de 01.07.87, o que lhes permitirá renegociar suas dívidas, com prazos de até quatro anos, com um ano de carência.

Concluo Senhor Presidente, dizendo, como os produtores de batatas estão recebendo este tratamento de desconsideração, e desprezo, estamos solicitando medidas através de requerimentos; que ofícios sejam expedidos através desta Casa, solicitando as medidas urgentes e necessárias por parte das autoridades competentes, para que possamos ver solucionada a crise, até hoje, ainda vivida pelos bataticultores, não só de Contenda, mas, de todo o Estado do Paraná. (Termina de Ler).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: Tramita nesta Casa, para o desconforto de todo o funcionalismo público do Paraná, o Projeto de Lei n. (Continua lendo), 55/88, de origem do Poder Executivo, pelo qual o Governo do Estado pretende que os reajustes salariais de todas as categorias obedeçam à média aritmética dos vários percentuais mensais do crescimento nominal da receita derivada do ICM, apurada no trimestre anterior.

Não acredito que os Anais desta Assembleia Legislativa tenham registrado uma

aberração tão grande.

primeiro, porque os salários do funcionalismo estadual não resultam de nenhuma espécie de renda pública, mas de trabalho prestado ao Estado. Se o Estado os admitiu, deve-se crer, é porque necessitava e tinha receita para remunerar os seus serviços. Da forma como está se apresentando, o Poder Executivo se insere na prática de um estelionato empregatício, quando condiciona a remuneração do seu contingente funcional à exclusiva arrecadação de apenas uma área do seu suprimento tributário. Considerado à luz do atual processo inflacionário que vivemos, esta condição aliatória deve ser veementemente repelida por seu caráter desumano, monstruoso e desbaratado.

Depois, se o Governo estivesse realmente empenhado na reabilitação financeira do Estado, como faz supor a sua propaganda, antes de propor-se ao ataque contra a corrupção administrativa pelas pontas, a dissolvência nas bases. Há um número sem fim de casos que podem ser colhidos diariamente em órgãos da imprensa oficial que atestam um verdadeiro rombo de locupletamento salarial calcado em leis que poderiam ter sido revogadas na "Reforma Administrativa" que transitou por este Poder, como o conhecido "efeito cascata" que facultou, com íntegra legitimidade, verdadeiro saque ao erário estadual, tanto por aqueles que querem ganhar sem trabalhar, quanto por aqueles que querem ganhar o que não valem. E é nesse setor, quem sabe, onde estão os salários mais privilegiados.

E mais. Não é justo que se debite ao funcionalismo a responsabilidade pela estagnação da receita, mas, sim, a falta de perspectiva empresarial do próprio Governo.

É lei de economia política que a arrecadação tributária aumente sempre que se aumenta a dose da injeção do tesouro na infra-estrutura de desenvolvimento das atividades econômicas; como sempre decresce quando o Governo, descuidado das áreas de investimento, não se assenhora, no complexo dos seus gastos, do conjunto das responsabilidades que tem o dever de suprir.

Mais do que nunca é condenável, aqui, os gastos que vêm sendo praticados pela propaganda oficial que, mais que os 2% do orçamento, vêm amealhando para o Secretário de Estado da Comunicação, as verbas de todos os órgãos oficiais previstas para esse fim.

Como está posto, o Projeto a que nos referimos, desencanta o comprometimento do Governo com o ideal de "mudança", e agride o funcionalismo público que, indefeso às ameaças de demissão, se apelarem à greve, contam que o Governador Álvaro Dias, tem-

perado na tradição de intransigente defensor dos oprimidos e dos injustiçados da política social do regime anterior, encontre uma solução consecutiva aos interesses de todas as partes, recolhendo anteriormente, para a inteligência de onde jamais deveria ter saído a infelicitada proposta que o eminente Relator da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, com relevo menor do que expediu as considerações cabíveis àquela Comissão, segundo destacou a imprensa, sugeriu fossem baixadas por Decreto.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, por cinco minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou dando entrada na Mesa desta Casa de um pedido de convocação do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha, para que venha até a Comissão de Segurança Pública esclarecer os últimos acontecimentos que estão envolvendo a nossa Polícia.

Como se não bastassem os incidentes que envolveram Polícia Civil e Polícia Militar, nós estamos presenciando, agora, um desserviço prestado pela nossa Polícia Civil, em especial. Isto porque esta mesma Polícia, que não teve a competência e que não teve a coragem suficiente para fazer as "blitz" contra as fortalezas do jogo do bicho e que só passou a fazer isso após o anúncio do Governo do Estado de que teria rompido o acordo com os "bicheiros" esta mesma Polícia, em represália, talvez, a um não atendimento por parte de Sua Excelência o Governador em melhorias salariais, investe agora em direção aos motéis, localizados nos arredores de Curitiba.

E quero deixar já bem claro que não tenho procuração para defender "bicheiro" e muito menos proprietários de motéis. Mas, venho em defesa da sociedade curitibana, que está a clamar por uma maior segurança, que não vê a polícia investindo contra assaltantes, e, ainda, ontem à noite, no centro de Curitiba, nós tivemos o assassinato do Senhor Arnaldo Gedenken, um comerciante, um industrial curitibano, pessoa bastante relacionada em nosso Estado, que foi brutalmente assassinado de frente ao prédio de sua residência, na Rua Ubaldino do Amaral, esquina com Amintas de Barros. Esta polícia que se preocupa apenas em fazer operações durante à noite, queimando combustível à toa, porque o trabalho que tem feito, não tem surtido nenhum efeito em favor da sociedade, muito pelo contrário, criou problemas seriíssi-

mos para muitas famílias curitibanas nessas batidas em motéis, porque afinal de contas o motel tem alvará da Prefeitura, o motel tem alvará da Polícia, o motel compra ficha da Polícia, se alguma irregularidade está acontecendo, é culpa da própria Polícia.

Então, o que deveria fazer a Polícia? Fazer uma fiscalização na portaria dos motéis, não agir arbitrariamente como fez na última sexta-feira à noite, madrugada de sábado, na base de pontapés, derrubando porta de quartos, de apartamentos e flagrando pessoas lá no interior, como se aquilo fosse um direito da Polícia.

Lamentavelmente, sem um mandato judicial, a Polícia comandada por uma meia dúzia de Delegados rebeldes estão criando uma confusão terrível dentro da própria Polícia, por uma meia-dúzia de Delegados irresponsáveis, que estão prestando um desserviço à Polícia e é por isso, que eu solicito ao presidente da Comissão de Segurança, para que coloque a sua assinatura nessa convocação, para que venha a esta Casa, na próxima quarta-feira, que me parece é uma das poucas datas disponíveis, para que o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública venha aqui depor, venha aqui dizer o que é que está acontecendo com a nossa Polícia que está sem comando, que tem um Diretor de Polícia que sempre foi um Chefe de Gabinete e que nunca foi um Delegado operacional, que nunca na sua carreira prendeu um bandido e que agora comanda a nossa Polícia.

Esta é a situação da segurança do povo curitibano, com os assaltos acontecendo à luz do dia, com os assassinatos acontecendo a todo instante em Curitiba. Nós vemos a Polícia gastando dinheiro para frequentar as fortalezas do jogo do bicho, para enfrentar os motéis, provocando um desserviço para nossa população, causando constrangimento muito grande para as pessoas que estavam nesses motéis.

Afinal de contas, que pecado existe em frequentar um motel e me parece até, segundo as informações de repórteres, que um Político do Paraná estava lá com sua esposa, comemorando aniversário e se viu constrangido diante da metralhadora do policial, ele nu, sua esposa nua, tiveram que se apresentar à Polícia.

Esta é a situação do momento, Senhor Presidente. Senhores Deputados e peço que este requerimento seja aprovado por esta Casa em nome da segurança do povo desta cidade, em nome da segurança do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiz uma reflexão este final de semana e, com todo respeito que eu tenho para com o meu Partido Político, para com os Partidos desta Casa, PDT, PFL, PT, PTB, eu fiz uma análise, uma reflexão, eu sempre fui pelo diálogo.

Eu acho que quando temos que discutir alguma coisa, quando não conseguimos, temos que dialogar. Eu me preocupei com o problema da Polícia de Curitiba, do Paraná em si, do reajuste salarial, fui com o Presidente da Comissão, da Associação até o Governador, o Governador Álvaro Dias disse: "olha, eu só posso estudar o caso a partir do mês de maio, porque agora o ICM está baixo, a situação não está boa, o Paraná não está bem".

Com todo o respeito que eu tenho pelo Presidente da Associação eu só não posso conceber, Senhores Deputados, que haja uma afronta contra o Governo do Estado do Paraná.

O Governo pode ter os seus defeitos, mas tem as suas qualidades. Eu tenho os meus defeitos, mas tenho as minhas qualidades. Quem não os têm?

Agora, dar batidas em motéis! Prender banqueiros do jogo do bicho!

Se o Senhor me permite Deputado Dirceu Manfrinato, ontem na Capital, um comerciante saiu na sacada, como disse o Deputado Algaci Túlio, como dizem os jornais, como dizem os repórteres policiais da Capital, como diz a Tribuna do Paraná, de hoje, que eu mostrei agora há pouco no meu programa de televisão. Fiquei apavorado, pois um cidadão ao olhar do seu edifício para baixo, viu o seu filho sendo assaltado. O cidadão desce e o filho estava socorrendo um outro senhor religioso, que precisava ser internado; o menino chamou o pai: "Pai, vamos ajudar este cidadão para levá-lo ao hospital". O pai viu quando os bandidos chegaram para assaltar o menino. O pai desce e vai ao encontro dos bandidos e leva um tiro na cara, Deputado. Morreu!

Não é por ser um empresário. Poderia ser um comerciante humilde de um bairro qualquer. Eu só não posso conceber em que mundo eu estou vivendo.

Enquanto a Polícia se preocupa em saber quem está pelado dentro do motel, quando a Polícia se preocupa em dizer que no jogo do bicho existe o tráfico de cocaína e até agora não nos foi apresentado o traficante, o bicheiro maior que trafica cocaína no Paraná. Eu não posso conceber Senhores Deputados; não como Presidente de uma Comissão que estou deixando agora, mas que farei parte como membro, mas também como repórter policial, como pai, que estou preocupado. Não é pelas batidas nos

motéis, não é pela prisão dos banqueiros, falaram que iam prender todos os banqueiros, então prendam todos. Se for para prender, um banqueiro só, não resolve. Então se a Lei é para ser cumprida como diz o Jornalista Stélio Feldman, da Folha de Londrina, a Lei existe para que se cumpra. Vamos cumprir as leis.

No nosso Código Penal existem leis; leis que, se forem cumpridas com rigor, o cidadão vai pagar pelo crime que cometeu. Não adianta não cumprirmos as leis que aí estão, não adianta uma nova Constituinte, não adianta colocar na Constituinte que quem desrespeitar, quem fizer uma discriminação contra o negro... isso é coisa para "Papai Noel". Eu não acredito em "Papai Noel", eu não acredito nesse negócio de "Gata Borralheira", "Sete Anãozinhos", estas coisas. Eu acredito em coisas concretas, reais, não brincadeiras, palhaçadas.

Eu não posso conceber.

Amanhã o Governador vai falar no meu programa a respeito dessa série de coisas. Então, eu acho que está na hora de dar um basta, com todo o respeito que eu tenho ao Secretário de Estado da Segurança Pública, mas está na hora de dar um basta, está na hora de botar ordem na casa. Não se pode mais brincar com o povo do Paraná. Não adianta. Por exemplo, eu recebi, domingo, no hotel em que eu moro, uma Senhora que foi reclamar, vejam bem, Senhor Presidente, Senhor 1º Secretário, Senhores de todos os Partidos Políticos nesta Casa, eu recebi ontem uma Senhora que foi reclamar que ela telefona para um telefone aqui na Capital do Estado que tem computador, tudo, Deputado Raul Lopes... (conversas paralelas...) e o policial do lado de lá diz: "Olha, nós não podemos atender agora, porque não tem viatura, não tem gasolina". Isto é um descaso.

Isto é um descaso com a segurança do Paraná. Isto é brincadeira. Isto é brincar com coisa séria. Uma hora não tem viatura, outra hora não tem gasolina, outra hora é um pouco caso para atender a população. Até quando essa população vai ser assassinada, violentada nos seus direitos?

Senhores, eu não tenho compromissos com o Senhor Governador, eu não tenho compromisso com o meu Partido, eu tenho compromisso é com o povo que me elegeu.

Eu estou aqui para fazer críticas construtivas, doa a quem doer, entendeu? Eu estou aqui para fazer análises, isto aqui é um Parlamento, é para debatermos, para analisarmos, para chegarmos a um denominador comum. Do jeito que está, Senhores, pode ser que Cianorte esteja calma, Deputado Dirceu Manfrinato, pode ser que a minha Cidade de Londrina esteja calma, mas Curitiba e a região metropolitana não está calma, não. Ontem mataram um pai de famí-

lia com um tiro na cara... (conversas paralelas), enquanto a polícia se preocupa em fazer batidas em motéis e prender banqueiros do jogo do bicho.

Perdoe-me se eu me exaltei com Vossa Excelência, mas são coisas, Senhor Presidente, que a gente não entende, confesso aos Senhores, perdoem-me, mas não dá para entender.

Eu acho que precisamos de um pulso firme, para bater na mesa e dizer: "Olha, pára. Vamos começar tudo de novo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- No Pequeno Expediente concedo a palavra ao próximo orador Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. É gratificante, pelo menos para mim, ver os companheiros da Comissão de Segurança Pública, hoje, ocuparem a tribuna para dizer alguma coisa a respeito do que vem ocorrendo na área policial do Paraná, em especial, Curitiba. Há poucos minutos atrás por ocasião do almoço no restaurante desta Casa, eu conversava com um companheiro e ele me declinava (quer me parecer que o personagem está presente aqui) que uma onda de violência grassava na sua região, em Umuarama. Em nada menos de 10 dias houve 9 assaltos a bancos naquele Município, desta feita aqui em Curitiba também.

Vejam vocês que nós somos governo, mas não nos impede em absoluto de dizer aqui o que vem ocorrendo a níveis insuportáveis, já não é mais suportável no Paraná e em Curitiba. Eu tenho conversado com o Governador, com o Secretário de Estado da Segurança, com os companheiros membros da Comissão de Segurança e alguns outros companheiros que declinam para nós a intranquilidade que paira nesta área.

Tenho dito, também, aqui com a coragem necessária que é do Governo do Estado do Paraná, o pior órgão que está a funcionar dentro do seu Governo. É lamentável ter que dizer isso. É lamentável. Coisas vêm ocorrendo de uma forma incessante, constante, e as providências estão aí por fazer, razão pela qual neste momento eu me somo ao companheiro Algaci Túlio, ao companheiro Luiz Carlos Alborghetti e a outros tantos quando vêm aqui clamar e pedir por algumas providências.

Não é mais possível, evidente, nós sustentarmos atualmente o que vem ocorrendo.

Sustentamos em nossa campanha, sustentamos aqui nesta Casa no trabalho diuturno no sentido de fortalecer de imediato, com a maior rapidez, porque vida e patrimônio não têm preço. É muito sério aquilo que, num momento difícil da nossa vida econômi-

ca e social, um homem conquista e vê o seu patrimônio totalmente dilapidado e a sua vida tirada.

Quanto custa isso, meus Senhores? E em função disso que eu quero mais uma vez reiterar ao nosso Governo do Estado para que veja com a maior prioridade a sustentação necessária no que diz respeito a melhorar e fortalecer o sistema de segurança pública do Paraná, e em especial de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o pronunciamento do ilustre Deputado Algaci Túlio, do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti e do ilustre Deputado Raul Lopes.

Quero me somar neste instante aos ilustres Deputados, também, à preocupação deste Deputado com relação ao setor de segurança no Paraná. Não podemos atribuir a responsabilidade ao Governo do Paraná, Governador Álvaro Dias, uma vez que estamos acompanhando o investimento do Governo no setor de Segurança do Paraná. Quantas e quantas viaturas foram distribuídas pelo Governo Federal e pelo Governador Álvaro Dias, procurando equipar a Polícia Militar e a Polícia Civil do Paraná.

Em contrapartida ao desagravo de alguns acontecimentos, principalmente na Capital do Estado, quando a Polícia Civil e Militar tem, por obrigação, combater o crime e defender o direito do cidadão, procuram guerrear entre eles, esquecendo os compromissos e o juramento prestado entre o Estado e o povo.

Eu acho que, nesse instante, quando essa cobrança está sendo feita pelos ilustres Deputados, teremos que pedir providências imediatas para que a população tenha mais segurança no nosso Estado.

Lembro-me quando ocupava a tribuna deste Parlamento o ilustre Deputado Raul Lopes, que dizia que, entre tantos e tantos anos no quadro da Polícia Militar do Paraná, até o cargo mais alto do Comando Geral da Polícia, não passou nenhum Governador nesse Estado que desse aumento à Polícia, como o fez o Governador do Paraná, Álvaro Dias.

Se o Governador reconheceu a necessidade de oferecer um salário mais condizente à Polícia Militar e à Polícia Civil, por que, Coronel Raul, não temos o direito de cobrar um trabalho mais exemplar para o povo do Paraná que tanto merece, um povo que serve de exemplo a outros Estados bra-

sileiros?

E não é o fato de pertencer às fileiras do PMDB, Partido que honro, neste instante, em dizer que pertencço, oriundo do MDB e hoje PMDB, um Partido que através de lutas e sacrifícios, derramando o suor e até, muitos companheiros tombaram na caminhada, mas eu permaneci fiel ao meu Partido e permanecerei fiel ao PMDB. Mesmo com os desgastes nacionais, mas felizmente, não há desgaste aqui no Paraná, porque aqui existe um governo que está dando exemplo de honestidade, combatendo a corrupção e até mesmo cobrando os direitos do povo do Paraná e até de Deputados do PMDB.

E nós não podemos permitir que o Governador seja cobrado, quando o mesmo está investindo na área de segurança. Temos que cobrar dos responsáveis pela área de segurança, ou seja, o Secretário de Estado da Segurança, ou do Diretor da Polícia Civil do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Findo o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso. (Declina).

Havendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PT.

Com a palavra, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Companheiros Parlamentares.

Nesta segunda-feira, gostaríamos de trazer, mais uma vez, talvez a maior de todas as preocupações, deste momento, do Estado e do País. (Lê):

"O País vive um momento de perplexidade. A incapacidade do Governo em gerenciar a crise, já que não demonstra vocação para resolvê-la, tem contribuído para disseminar a desesperança e o desencanto no seio do povo brasileiro. O quadro político e sócio-econômico do País exige medidas corajosas, demonstrando a decisão do Governo para o enfrentamento. Entretanto, José Sarney se ressentido das virtudes que se exige de um chefe de Estado na situação atual do País.

Fugindo ao enfrentamento das questões mais graves e preocupantes do momento, o governo anunciou medidas inconsistentes, que funcionarão como fator de agravamento da situação dos trabalhadores, acelerando



ainda mais o processo de desagregação social. Essas medidas, entre as quais o congelamento da URP por dois meses, não resolvem o estrangulamento provocado pelo déficit público.

O Governo só tem demonstrado decisão e coragem quando se trata de ameaçar o funcionalismo com promessas de demissão sumária, caso ocorram paralisações em protesto contra as medidas adotadas. Ao impor o arrocho salarial, num momento em que a inflação escapa do controle das autoridades da área econômica, José Sarney ainda lança duras ameaças aos trabalhadores, valendo-se da retrógrada legislação herdada do regime anterior.

A nível estadual vemos refletida esta situação de impasse, que aponta mais para o confronto do que para as soluções. O Governo Álvaro Dias declinou da sua proposta ilógica de atrelar os reajustes do funcionalismo ao desempenho da arrecadação do Estado. Em substituição a esta primeira investida, o Governo entrou em acordo com a bancada peemedebista para que uma emenda fosse apresentada à mensagem original. Parece que os parlamentares governistas descobriram uma solução ideal, que atende plenamente seus interesses, que são os de não se indispor com o funcionalismo.

Segundo todos os jornais estão noticiando, a emenda a ser apresentada autoriza o governador a adotar as medidas que julgar necessárias através de decretos. Assim, lógico que os Deputados ficariam livres do ônus que uma medida impopular poderia acarretar, transferindo a Álvaro Dias esta responsabilidade, a quem julgam detentor de uma popularidade inesgotável.

Desta vez, a emenda saiu pior do que o soneto. Se esta proposta for encaminhada e aprovada, será um atestado da dissolução e incompetência desta Casa. Como que, nós deste Parlamento, podemos dar ao governador ou a quem quer que seja, autorização para agir livremente, entregando uma folha em branco, subscrita por todos os Parlamentares que concordam com esta insanidade. O raciocínio destes Deputados lembra aquele ditado popular: se correr o bicho pega e se ficar o bicho come. Então, eles preferem se omitir, lavando as mãos.

Todos os números atestam que não é a massa salarial do funcionalismo público a causa do déficit público e das dificuldades orçamentárias que o Estado vem sofrendo. Quando falamos em funcionalismo público não incluímos os marajás, porque estes representam uma minoria de apaniguados que sobrevivem incrustados na máquina estatal graças à condescendência daqueles que estão no Poder.

Falamos do funcionalismo nos referindo à massa de trabalhadores que fazem com que o Estado desenvolva suas atividades, per-

cebendo salários poucas vezes condizentes com o mínimo necessário para a sobrevivência. Os feudos existentes na máquina do Estado, onde as mordomias e os privilégios correm soltos, devem ficar fora da defesa que fazemos do funcionalismo. Que os marajás do Estado sejam penalizados e extirpados dos serviços e repartições públicas, somos totalmente favoráveis. Mas, que se penalize indiscriminadamente todo o funcionalismo através do congelamento da URP, somos radicalmente contra.

Junto com esta discussão, não podemos deixar de trazer novamente à Ordem do Dia a insidiosa campanha de que estão sendo vítimas as instituições de ensino superior do Paraná. Esta campanha, orquestrada pelo Governo do Estado, visa desmoralizar as universidades, abrindo precedentes para uma intervenção direta e incisiva, liquidando com a autonomia universitária, arduamente defendida por todas as instituições do ensino do País. Os professores se sentem ameaçados pela decisão do Governo em arrochar o funcionalismo e prometem paralisar suas atividades, com grande prejuízo para os estudantes.

A comunidade, que sustenta as universidades através dos impostos e que é beneficiada pelo que estas instituições produzem e fazem, é quem tem a legitimidade para controlá-las e fiscalizá-las. Entretanto, os mecanismos para esta fiscalização devem ser definidos numa discussão ampla e democrática entre as partes envolvidas. As imposições arbitrárias do Governo são inoportunas e condenáveis".

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDS. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é por acaso que visto luto nesta sessão. Daqui me dirigirei aos funerais do nosso amigo dileto e muito prezado, o comerciante Arnaldo Gedanken, dono do Bazar Tiradentes, pai de dois amigos meus, David e Daniel, que foi brutalmente assassinado na tarde de ontem, a uma quadra da Polícia Federal, na frente da casa do cronista dos absurdos em Curitiba, o escritor Dalton Trevisan, na esquina da Rua Aminthas de Barros com a Ubaldo do Amaral. Ia o Senhor Gedanken descendo do seu apartamento para subir no carro do seu filho para, com

o sacerdote de sua denominação religiosa, ir à casa da família colocar o sinal das "Tábuas de Moisés"; estas "Tábuas da Lei" que grafam "não matarás", que grafam o "respeito à vida", que grafam a idéia dos homens moldarem a sua vida à imagem e semelhança da misericórdia de Deus. Ia ele participar de uma cerimônia religiosa da colocação dos Dez Mandamentos nas portas da casa de seu filho, para marcá-lo com o sinal da fé, quando foi brutalmente assassinado no centro de Curitiba, no fim de uma tarde de domingo.

As portas das casas desta família já não estão marcadas pela lei de Deus. Elas estão marcadas pelo sangue. E estão marcadas pelo sangue, também, as portas desta Assembléia, as portas do Palácio do Governo, os vídeos milionários do Senhor Álvaro Dias, quando ele aluga uma polonesa para ela ficar dizendo, com sotaque característico. "Agora, já podemos sair à noite em Curitiba. Já podemos passear à noite em Curitiba".

Estão marcadas de sangue as telas das televisões do Paraná. Não só as do programa do Luiz Carlos Alborghetti. Tampouco apenas as das casas que ouvem o Algaci Túlio ou os tantos outros repórteres da nossa desgraça de todos os dias. Vão marcadas de sangue do Arnaldo e de tantos outros, as portas das casas de todos nós. E não foi sempre assim, na história. Quando na primeira Páscoa marcou-se com o sangue dos primogênitos do Egito a porta das casas dos hebreus, Deus na sequência lhes deu a libertação. E surgiu a idéia da Páscoa da Terra Prometida e da caminhada rumo ao futuro generoso, libertário e belo. Quando na Páscoa da ressurreição, conforme é da minha fé, marcou-se com sangue a porta de Jerusalém, pela crucificação do Senhor. Imediatamente abriu-se para o mundo a perspectiva da misericórdia e da caridade. No entanto, vamos nós no velho jogo da hipocrisia, ignorando o sangue e esquecendo a necessidade da Páscoa. E já são tantas as vítimas. Estão marcadas de sangue as portas da Assembléia, porque o Governo, aqui, votou com todos os seus Deputados por 3,4 por cento do orçamento. Apenas 3,4 por cento do orçamento para a Segurança Pública. Porque o Governo, aqui, prefere, prefere sim, prefere o Governador como a rainha má da branca de neve, pegando um espelho mágico na televisão para dizer que é o melhor, que é o mais bonito, que é o mais popular de todo o Brasil. Porque o Governo, aqui, prefere dar dinheiro para outras despesas do que para as despesas essenciais da vida do povo.

Vou sepultar o meu amigo. Vou deitar terra sobre o seu caixão, emoldurado com o santo nome de Deus. Mas, permanecerei mais forte, buscando a justiça. A justiça que

pedimos todos. Pedimos aos Senhores Deputados, para que não votem como uma manada de cordeiros imbecis. Porque o príncipe quer. Porque o príncipe pede.

Vou sepultar o meu amigo. Vou sepultá-lo em nome da Cidade. Em nome da justiça. A Cidade vai, com suas portas marcadas de sangue. E a Polícia, onde vai? A Polícia vai aos motéis, atrapaalhar quem faz o amor, perturbar quem faz da sua tarde de domingo a ocasião de cultuar o sexo, o corpo. Usem da moral que quiserem. Nenhum confessor de nenhuma religião condenaria as pessoas pelas razões pelas quais...

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - ...tentando impor constrangimento, a Polícia invadiu os motéis.

Bote o seu Governo aquela polonesa de aluguel dizendo que dá para andar na rua, em Curitiba. Bote, bote, invadam as nossas casas com a mentira. Nós já não a suportamos! O sangue nos marca. E marcados de sangue, não há televisão que nos engane. Era isso.

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Honorário das Lideranças, concedemos a palavra à Liderança do PMDB. Com a palavra o Deputado Domingos Scarpellini, que tem a palavra por oito minutos e meio.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estávamos ouvindo o pronunciamento feito pelo ilustre Deputado do PDT, Deputado Rafael Greca que, com a sua eloquência, da maneira como o Deputado colocou a questão da criminalidade neste Estado, me parece que, a partir deste ponto de vista, o responsável pela criminalidade, é o Governador Álvaro Dias.

O Deputado fala das manchas de sangue deixadas nas praças, nas ruas, nas telas da televisão, nas manchas de sangue que certamente existiram até na confecção do orçamento em que deu 3.2 à segurança do Estado do Paraná.

Ao ilustre Deputado que frequenta os países desenvolvidos do nosso Universo, como também frequenta os países subdesenvolvidos e vive em um deles, sabe perfeitamente que se esta situação, hoje, está da maneira como está, é o efeito da injustiça que se praticou ao longo dos anos contra a maioria dos trabalhadores deste País. Quando o modelo econômico implantado pelo regime de 1964, foi tirando o homem do campo, foi esmagando os nossos camponeses e transformando os pequenos e médios

produtores, das nossas terras mais férteis em bóias-frias, em desesperançados à margem das grandes cidades, morando nas favelas e nos mocambos da periferia. Ora, o ilustre e letrado Deputado que frequentou os bancos das melhores Universidades do mundo, o ilustre Deputado que se atém à leitura dos melhores livros, dos melhores escritores, certamente não quer fazer esta análise, não quer fazer exatamente porque, como ele, outros deram sustentação ao regime militar. O ilustre Deputado da voz mansa, do pensamento solto, o ilustre Deputado que tem na voz o som da demagogia, porque ele quando faz o relato do sangue que corre pelas ruas, ele não faz a lembrança que este jovem que hoje pratica o crime, é o delinquente, que este delinquente que está aí, é vítima do regime que ele ajudou a defender e se nós quisermos acabar com a delinquência, nós temos que construir escolas, creches, como está fazendo o Governador Álvaro Dias, porque nós não vamos...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - ...combater a criminalidade, sem fechar a fábrica que fabrica os criminosos, que é a injustiça social.

Vossa Excelência tem o aparte Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço, apenas para uma lembrança, ilustre Deputado, o Deputado Rafael Greca, critica o Governo Álvaro Dias e tenta responsabilizá-lo, por esse episódio acontecido.

Mas, como lembrança de 1982 a 1986, os dados acusaram que o maior índice de marginalidade, de assassinatos ocorreram no Rio de Janeiro, quando o chefe maior do Deputado Algaci Túlio, era Governador do Rio de Janeiro, Senhor Leonel Brizola.

É importante, que ele faça uma análise, realmente, quando o Partido dele esteve no Poder, e que não tiveram competência para gerenciar o Estado do Rio de Janeiro, no setor de segurança, e principalmente falindo o Banco do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Agradeço o aparte, e o concedo ao Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Agradeço a concessão do aparte de Vossa Excelência e lamento que o nobre Deputado Rafael Greca, ao qual solicitamos o aparte negou. Ele que se diz um democrata, e lamento, também, que queira comparar o Governador do

Estado, à rainha, mas este é um hábito do nobre companheiro Deputado Rafael Greca.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, esta Casa tem procurado manter o alto nível nas discussões, e não se pode admitir as palavras do Deputado que me antecedeu, fazendo ironias, fazendo gozações ao Deputado Rafael Greca.

Eu gostaria que fossem retirados dos Anais da Casa, as palavras proferidas pelo Deputado sempre ausente, Deputado José Felinto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Deputado que está na tribuna tem a palavra.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu gostaria de, também, lembrar ao ilustre Deputado que em questão de ordem, pediu que sejam retiradas as colocações feitas pelo Deputado José Felinto, mas, o Deputado usou do mesmo expediente para pedir ao Deputado Rafael Greca, que não fizesse ou que a Presidência retirasse dos Anais da Casa as declarações do mesmo, com relação ao Governador Álvaro Dias. Com o aparte o Deputado José Felinto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência chama a atenção do orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado e lhe concede trinta segundos para encerramento fica a seu critério.

O Sr. José Felinto - E lembrar meu caro Deputado Domingos Scarpellini, que o Senhor Leonel Brizola, entreviu nos ônibus do Rio de Janeiro, e a turma do PDT, do Partido do qual falou aqui, foram os principais que desmontavam ônibus, para montar outros, levando as peças até dos ônibus, para as suas residências.

Muito obrigado.

O Sr. Domingos Scarpellini - Agradeço o aparte e gostaria de registrar que se existe hoje essa situação, com relação à segurança pública, é uma herança maldita deixada pelos Governos que o ilustre Deputado Rafael Greca, sempre defendeu, que foram os Governos autoritários dos Partidos do PDS, da Arena, dos quais ele também tem origem.

Então, nós queremos discutir com ele todas essas questões e não iremos nos furtar toda vez que ele vier para a tribuna terá a resposta à altura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, comunicando que todos os Senhores Deputados do Partido deverão continuar, neste ano, nas mesmas Comissões Técnicas que participaram em 1987. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 110/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO", com sede e foro no Município de Santa Cecília do Pavão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 224/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que denomina de "EGÍDIO ASSMANN" o Complexo do CEASA em Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 284/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE SÃO JORGE", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 338/87, de autoria do Deputado Alexandre Ceranto, que declara de Utilidade Pública a "TENDA ESPÍRITA SÃO JORGE E SANTA BÁRBARA", com sede e foro na Cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 346/87, de autoria do Deputado José Alves, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI" do Distrito de Água Boa, com sede e foro na Cidade de Paçandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 21/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 38/88), que autoriza o Poder Executivo a alienar a SILVESTRE DRESCH, na forma do Art. 21, inciso VIII "C" da Constituição Estadual, a área de terras descobertas com 126,32 hectares, constituídas pelos lotes n° 146, 148, 149, 151, 44-A e 45-A e a chácara n° 259-A integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí, Comarca de Nova Londrina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para Discutir) Senhores e Senhores Parlamentares:

Tenho, com relação a este Projeto de Lei, uma preocupação que eu gostaria de ver esclarecida, pois, no ano passado foram aprovados, por este Parlamento, alguns Projetos que, despercebidamente, não provocaram nenhuma discussão e por isso, no primeiro, nestes termos, deste ano, gostaríamos de chamar atenção de todos os Parlamentares, pessoas responsáveis pelo público, neste Estado do Paraná.

O Projeto, origem de Mensagem Governamental, que diz, que visa alienar à uma pessoa, neste caso, Silvestre Dresch, na forma do artigo 21, inciso VIII, letra C, da Constituição do Estado, área de terras descobertas, com 126 hectares, integrantes de vários lotes, na Colônia do Ribeirão do Tigre, Paranavaí, Comarca de Nova Londrina. A nossa preocupação é "curta e grossa"! Sabemos o motivo deste Projeto, e que existe uma Lei que para alienar terras devolutas para particulares, acima de 500 hectares, somente com a aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Ahamos, nós do Partido dos Trabalhadores, uma Lei justa, numa situação social, econômica do nosso Estado, na situação que a agricultura passa, falta de emprego, a falta de terra e é lógico que as terras devolutas deveriam ter uma política de limitação, no sentido de dificultar a concessão titulação de terras devolutas para particulares.

O que nós gostaríamos de ver explicado, explicitado, aqui, neste Parlamento, é o motivo pelo qual, o Palácio do Governo, como o Governo do Paraná que afirma, incessantemente, que não há terras para re-

forma agrária, que não há terras disponíveis, e, de repente, dispõe de terras devolutas passadas para particulares em Tibagi, Paranavaí e assim por diante. Então são preocupações que este Parlamentar está trazendo para que sejam consideradas por este nobre Parlamento.

Certamente, se fôssemos conversar com os trabalhadores rurais do Paraná, certamente as reivindicações deles que já têm marca registrada não aceitariam que alienássemos terras devolutas a um proprietário particular acima de 500 hectares, como é este caso.

Portanto, fica essa interrogação e esse desafio; a que política atende esta Mensagem? Se é a política de destinar as terras devolutas aos trabalhadores sem terra, ou as terras devolutas do Estado do Paraná serão destinadas, regularizadas para aqueles que já têm bastante, e acima de 500 hectares.

O Sr. José Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, eu não poderia deixar de contribuir também, com o pouco que sei sobre esta área, em função do que Vossa Excelência está falando. Esta questão está sendo votada, desta terra lá no Ribeirão do Tigre, é apenas uma questão de regularização em função de uma nulidade ocasionada por um erro administrativo do passado, onde este cidadão já exerce a sua atividade há mais de 40 anos como produtor rural.

Não é distribuição de terras do Estado para favorecer quem quer que seja. É apenas questão de regularizar uma situação já existente, assim como foi titulado recentemente a gleba Boaventura, em Pitanga, onde o problema existia há mais de 50 anos. Nós não podemos protelar mais, alguns problemas que já estão há 10, 15, vinte anos sem solução. O povo não tem condições de esperar e na questão do sem terra, Vossa Excelência sabe perfeitamente que nunca houve tantas desapropriações no Paraná para fins de reforma agrária, como recentemente, no Governo Álvaro Dias.

Recentemente nós tivemos a desapropriação de 18 mil hectares, quando o INCRA preparou através da Regional do Paraná, mais 15 mil hectares e tem mais 20 mil sendo objeto de análise para fins de desapropriação. O Governador não permitiu que se efetivasse nenhum despejo no Paraná, ilustre Deputado. A Comissão de Terras e o Senhor é testemunha disso, porque é um dos porta-vozes e braço dos sem-terra neste Parlamento, questão de justiça, inclusive. E existem alguns problemas que devem ser resolvidos, porque sabemos que existem, mas nunca se fez em tão pouco tempo

pela reforma agrária no Paraná, como agora pelo Governador Álvaro Dias, à frente do Governo do Estado do Paraná.

Eu gostaria que Vossa Excelência se detivesse para essa queixa que o Senhor está formulando, e fizesse também não só uma crítica, mas também uma análise mais coerente sobre o que vem ocorrendo no Paraná. Porque eu sou o Presidente dessa Comissão de Terras, e fui pessoalmente nesta Fazenda, observar, realmente, o que é que se executa, o que é que se faz. Não é um grande latifúndio, é uma área de terra produtiva e que Vossa Excelência sabe perfeitamente que nós estamos procurando terras e áreas que não estão produzindo para pedir vistoria da reforma agrária. Não é o caso e se o fosse, a minha assinatura não estaria nesse documento. Eu, ilustre Deputado, talvez relacionei mais áreas de terra para fins de reforma agrária, do que o Senhor que está na tribuna. Eu relacionei áreas improdutivas no Paraná todo, que ultrapassa a 60 mil hectares. Eu gostaria que Vossa Excelência dissesse quais as áreas que o Senhor relacionou? Por que o Senhor vem aí pedir providências? Eu quero que o Senhor fale quais as áreas que o Senhor pediu para fins de reforma agrária, por escrito no Paraná. Pode falar.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

Agradeço o aparte do Deputado Domingos Scarpellini, apesar de que gostaria de discutir o mérito da matéria que está em discussão e oportunamente, faço questão de aprofundar num grande expediente, a política do Governo Álvaro Dias com relação ao sem-terra, que aliás, isto é uma pequena parte, uma demonstração parcial da política agrária, que com isso eu não posso concordar com o Deputado Domingos Scarpellini.

E mesmo que a área seja produtiva, mas o proprietário tendo já 500 hectares de terras devolutas, as quais foram regularmente tituladas, não precisa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Isto aqui é uma quantia a mais dos 500 hectares e nós sabemos que é impossível fazer milagres. O milagre é repartir o que está aí, não adianta pensar em resolver o problema do sem-terra, fazendo imagem de que vai cair terra do céu, ou vamos gerar empregos através de discursinho bonito ou coisa assim. Eu acho que é histórico, é bíblico o ato de resolver o problema da sociedade como um todo, resolver o problema agrário, o problema agrícola. O problema do sem-terra.

Então, é por isso que eu gostaria que este Parlamento apreciasse essa preocupação, e creio eu, nós como defensores, como representantes que querem uma política mais voltada aos direitos e de deveres

Iguais na sociedade paranaense. Certamente, teríamos que votar contra e não permitir, porque não é lógico. O Governo do Estado teria mais força para desapropriar, e dar uma destinação social melhor, distribuindo para aqueles que têm falta. Porque senão, a gente reconhece uma situação aqui, reconhece uma outra lá e de repente fica tudo como está. O resto é tudo conversa, e balela.

Então, essa é uma preocupação, que gostaria de ver presente em todos os Parlamentares, como o Deputado Domingos Scarpellini já demonstrou, e todos nós temos que proceder assim com a política agrícola econômica, da educação, enfim, com tudo que é coletivo, e de todos na nossa sociedade.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação a matéria.

Senhores Deputados que aprovam, permanecem como estão. Aprovado.

Queremos registrar as presenças dos Senhores Nelson Barbosa, ex-Prefeito de Alto Piquiri, e Doutor Luís Carlos Barbosa, Prefeito Municipal de Alto Piquiri. As presenças honram esta Casa.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 22/88, (Mensagem n. 22/88 - Ex-Proposição n. 31/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos Aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda, e os Municípios que especifica, objetivando dar continuidade à construção de prédios a serem destinados às respectivas agências de rendas locais. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 363/87, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES DESAMPARADAS E MARGINALIZADAS, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 141, de 26.11.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 363/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Raul Lopes, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas e Marginalizadas", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais ór-

gãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 381/87, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, com sede e foro no Município de Mandirituba. - (Public. no D.A. n.º 150, de 04.12.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 381/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, declara de Utilidade Pública a "Fundação Hospitalar de Saúde Municipal", com sede e foro no Município de Mandirituba.

A matéria atende ao preceituado na Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que trata das normas para a declaração de Utilidade Pública.

Neste sentido, constatamos que não existe qualquer impedimento ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O item nove da Ordem do Dia coloca em discussão um projeto de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde municipal de Curitiba.

Discutir Utilidade Pública nessa Casa parece até tom de gozação...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa chama a atenção do ilustre orador que está na tribuna, que é Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Mandirituba e não de Curitiba, como Vossa Excelência diz, a menos que a Ordem do Dia esteja errada.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Mandirituba, sim.

O motivo que nos traz a essa tribuna para discutir este projeto não é nem o mérito, declarando de Utilidade Pública um



hospital e muito menos a intenção de querer atingir os beneficiários de saúde do Hospital Municipal de Mandirituba. O que nos preocupa é o seguinte: recebemos, faz algum tempo, denúncias e denúncias provenientes de Mandirituba, de seus cidadãos; de cidadãos do Partido dos Trabalhadores, de cidadãos sem Partido. E, na semana retrasada, tivemos uma conversa com o Presidente do PMDB de Mandirituba, exatamente dando contas da situação que se encontra essa Fundação Hospitalar.

Então, o que eu queria questionar com os nobres Colegas Parlamentares é exatamente com base nessas denúncias, as quais foram protocoladas na Secretaria de Estado da Saúde. Segundo o Presidente do PMDB foram protocoladas na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde se denuncia absurdos ocorridos e que estão ocorrendo em Mandirituba que, se forem verdadeiras, seria um motivo de uma sindicância a se constituir.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ... constituir, onde as denúncias, se são verdadeiras, realmente são absurdas, pois não é possível admitir que na população de Mandirituba possa acontecer na verdade, cinco mil emergências por mês, e segundo o que se denuncia é o que essa Fundação Hospitalar está recebendo dos cofres públicos, recursos destinados para a saúde pública do Estado do Paraná. Com uma população de um pouco mais de vinte mil habitantes é impossível termos mais que cinco mil emergências por mês.

Outras denúncias que gostaria de trazer aqui, e é de interesse dessa Casa, sobre um dossiê, crendo seja verdadeiro e protocolado na Secretaria de Estado da Saúde, bem como na Comissão de Saúde desta Casa, para aprovarmos um projeto que declara de Utilidade Pública, proporcionando o recebimento de mais recursos ainda, ou pelo menos terá essa oportunidade. Primeiro, era preciso que se tirasse a limpo essas denúncias; se são verdadeiras ou não, formuladas pela população, por médicos e pelo Presidente do PMDB, de outras pessoas, creio eu de importância, lá do Município de Mandirituba.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo.

Então, em suma, essa é a preocupação que nos traz hoje, nesta tribuna. Quanto às denúncias, temos um rol que até não gostaria de mencioná-las agora. Oportuna-

mente, se realmente nós percebermos interesse, a gente gostaria de trazer ao conhecimento, porquanto se verdadeiras, envolvem o atual Secretário, o Prefeito de Mandirituba, envolve um grupo, não sendo uma ação particular de um, é um grupo grande e influente, inclusive na área de saúde do Estado do Paraná.

Então, esta é a preocupação e motivo pelo qual votarei contra, é por ser um projeto declarando de utilidade pública, pois não procederei assim com o objetivo de deixar de atender o povo de Mandirituba que precisa ter as suas instituições declaradas de Utilidade Pública para permitir que recebam dinheiro público.

O que eu quero colocar em discussão, é o dinheiro público, que já está indo para essa Fundação Hospitalar, a sua destinação, que muitas vezes, não são verdadeiras, não são aquelas...

O Sr. Domingos Scarpellini - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, eu lhe concedo. Tenho 60 minutos, nobre Deputado. Tenha paciência.

O Sr. Domingos Scarpellini - Eu só quero cinco.

O SR. PEDRO TONELLI - Pois é, então, eu vou lhe conceder. Eu já falei seis minutos, faltam mais 54.

Então, é esta preocupação, pelo zelo dos recursos públicos que estão indo, atualmente para a Fundação Hospitalar de Mandirituba.

Concedo o aparte, com muito prazer ao nobre Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Ilustre Deputado, realmente, parece-me que tenho tido um pouquinho de preocupação. Eu não tenho apenas ouvido a conversa do Presidente do PMDB, do filiado do PT, daquele que não é filiado, pois tenho ido ver as coisas "in loco".

Tem muita coisa que realmente, está errada, onde se tem constatado que, geralmente, tem alguma procedência determinadas informações e denúncias...

O SR. PEDRO TONELLI - Muito bem, conta para a gente.

O Sr. Domingos Scarpellini - É evidente, se o Senhor contar tudo o que o Senhor faz para mim, eu posso contar tudo o que eu faço para o Senhor.

Eu fui até a cidade de Mandirituba, agora no mês de fevereiro, para ver, realmente como funciona o programa de saúde

municipal do prefeito Geraldo Cartário.

Conclui, que é o melhor sistema de saúde, que nós temos em Município daquele porte. Um hospital exemplar, com um atendimento médico-hospitalar excelente; berçário, em uma maternidade que serve de modelo para, inclusive, cidades de porte maior, onde nós constatamos a higiene, a presença médica, de enfermeiros, de enfermeiras e que realmente, nos deixou orgulhosos de ver de estarmos ali para observarmos aquele atendimento dado ao trabalhador rural e ao trabalhador urbano, daquela cidade.

E eu quero dizer, não estou aqui querendo defender nem um tipo, se porventura, foi cometido, de deslize, por parte da Prefeitura ou da Fundação, que mantém aquela estrutura hospitalar funcionando. Mas, eu quero dizer a Vossa Excelência, que aquela instituição não está atendendo apenas ao Município de Mandirituba, não. Está atendendo a uma parte da Fazenda Rio Grande que pertence ao Município de Curitiba, aliás, uma parte da área que confina com Umbará, que divide com a Fazenda Grande, e pertence à Mandirituba. Agudos do Sul, Município de Piên, Quitandinha, também se socorre com atendimento médico hospitalar.

Eu gostaria, ilustre Deputado, que o Senhor fosse fazer uma visita, saísse de Curitiba, e fosse constatar como é que está funcionando aquele hospital.

Não tenho apoio político, não fiz voto e não tenho ligação política com o Geraldo Cartário, que é o prefeito. Em quatro eleições que disputei para Deputado, nunca recebi o seu apoio, mas, nós temos que fazer justiça a esse programa que ele vem desenvolvendo no Município.

Agora, é evidente que, o atendimento que o Município vem dando através daquele hospital, deve estar afetando interesses de alguns médicos ou de alguns outros hospitais na região.

Agora, no entanto, o Senhor que defende os trabalhadores, os mais enfraquecidos, os mais empobrecidos, deveria passar um dia lá, como eu passei, inclusive confesso ao Senhor que no berçário me emocioniei de ver aquelas crianças tão felizes com as suas mães e que, realmente, serve de modelo para o sistema que nós estamos defendendo e que o Governo vem tentando implantar, de municipalização da Saúde.

Eu, solicito a Vossa Excelência que se quiser ir fazer uma visita, vamos juntos. O Senhor vai conhecer de perto, porque as informações, muitas vezes, chegam distorcidas em função do interesse político, do interesse financeiro de um ou outro setor que se sente, muitas vezes, prejudicado, mas se o Senhor for lá ver, eu tenho certeza absoluta que vai também concluir, as-

sim como eu, de que aquele é um serviço exemplar que serve de lição e de modelo para outros municípios.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e espero marcar o dia para nós irmos lá fazer esta visita.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço a contribuição do Deputado Domingos Scarpellini e realmente acho que eu vou ter que conhecer que se é como está acontecendo, certamente vai ser uma ilha no meio da saúde Pública que nós estamos vendo pelo Brasil afora. E se está sendo uma ilha também nós temos que levantar uma outra hipótese: se não está sendo uma discriminação. Porque é que lá existe um paraíso e nos outros locais não. Então é uma hipótese, também, que me motiva para a gente nos aprofundar e conhecer estas denúncias e também as justificativas do Deputado Domingos Scarpellini.

Então, é esse o motivo, o questionamento que a gente gostaria de trazer na primeira discussão deste Projeto de Lei nº 381/87.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 386/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública, o "CENTRO ESPÍRITA BENEFICENTE UNIÃO DO VEGETAL - PRÉ-NÚCLEO COSMO E DAMIÃO", com sede e foro em Brasília-DF, tendo o seu pré-núcleo nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. nº 150, de 04.12.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 386/87

De autoria do ilustre Deputado Paulo Furiatti, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública, o "CENTRO BENEFICENTE UNIÃO DO VEGETAL - PRÉ-NÚCLEO COSMO E DAMIÃO", com sede e foro em Brasília - DF, tendo o seu pré-núcleo nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 06/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública o "INSTITUTO MÃE DE MISERICÓRDIA DAS IRMÃS SERVAS DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n° 03, de 02.03.88.).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 006/88

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Raul Lopes, declara de Utilidade Pública o "Instituto Mãe de Misericórdia das Irmãs Servas dos Pobres", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

A matéria atende aos requisitos da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define normas para a declaração de Utilidade Pública.

Neste sentido, constatamos que a matéria não possui qualquer impedimento constitucional, legal ou regimental, estando em condições de ser apreciada por esta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 13/88, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que denomina de HOSPITAL DR. ANÍSIO FIGUEIREDO, o Hospital da Zona Norte, localizado na Região dos cinco conjuntos de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 03, de 02.03.88.).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 013/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Homero Oguido, denomina o Hospital da Zona Norte de Londrina, localizado na região dos cinco Conjuntos de Londrina, de Hospital Dr. Anísio Figueireiro.

A matéria não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental, estando em condições de ser apreciada por esta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei, n° 25/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO EDUCACIONAL LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 05, de 07.03.88.).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 025/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública, o Centro Educacional Lar São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

E tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

DAVID CHERIEGATE - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 35/88, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Piraquara, passando a contar a partir da próxima legislatura com 13 vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 07, de 09.03.88.).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 035/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, a iniciativa visa adequar a composição da Câmara Municipal de Piraquara aos ditames da Constituição Estadual e da Lei Orgânica dos Municípios.

A Carta Magna do Estado, prevê em seu artigo 107, que "O número de vereadores, sempre ímpar, será fixado por lei, em proporção que não exceda de um para cada 3 mil eleitores, não podendo ser inferior a 9 nem superior a 21".

Por seu turno a LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS no Parágrafo Único do artigo 35, estabelece que "o número de vereadores em cada legislatura, será alterado por lei estadual, de acordo com o disposto neste artigo, até 130 dias antes da eleição mu-

nicipal, com base no eleitorado existente na data do encerramento do respectivo alistamento, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Como se infere da Certidão de fls. 02 deste processado emitida pelo Escrivão Eleitoral do Juízo Eleitoral da 155ª Zona do TRE do Paraná, o Município, em 20 de novembro de 1987, tinha cadastrados 39 mil 290 eleitores, o que, em raciocínio matemático breve, em tese autoriza o aumento pretendido.

Com o momento político atual, onde não se pode conhecer as determinantes legais, para o pleito que se a avizinha e nem mesmo se saiba da viabilidade ou não de realização de eleições municipais no corrente ano, colhe-se a incerteza de que, mesmo convertido em lei, a proposta venha a se concretizar na prática.

De outro turno, a manter-se o estado atual de coisas com relação a pleito a ser realizadas em 15 de novembro próximo, o presente Projeto de Lei deverá ter sua tramitação abreviada para que sua sanção e publicação não ultrapassem o tempo fixado no parágrafo único do artigo 35 da Lei Orgânica dos Municípios.

Dessa maneira, opinamos de forma favorável, à sua aprovação, com as cautelas alinhadas.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ERONDY SILVÉRIO - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 09/88, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 89/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, e OUTROS, que estabelece critérios para a prestação de contas das instituições declaradas de Utilidade Pública, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado.

Ofício:

OFÍCIO Nº DTL/49/88

Curitiba, 05 de janeiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 262/87, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 089/87, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a prestação de contas das instituições declaradas de Utilidade Pública pelo Estado do Paraná acerca das verbas por elas recebidas através de convênios ou doações do Estado, Mu-

nicipios, ou Autarquias Estaduais e Municipais, abrangendo o total dos valores efetivamente despendidos.

A negativa de sanção, justifica-se por ser do interesse público que as instituições referidas demonstrem a utilização das verbas recebidas do Poder Público, tanto estadual como municipal, na consecução dos programas a que sejam tais verbas destinadas, certamente elaborados em consonância com as finalidades estatutárias dessas entidades, as quais, por sua vez, em razão mesmo de serem por lei consideradas de Utilidade Pública, devem ter por objetivo primordial demonstrar a busca do interesse coletivo e não devem cuidar, como quer o autógrafo, da demonstração de todos os gastos por elas realizados, inclusive despesas de luz, água, telefone, tributos e taxas de qualquer natureza, além daquelas referentes a pessoal e encargos sociais, pois isso importaria em prestar contas de dispêndios alheios à sua finalidade essencial. O acessório poderia prejudicar o principal.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

VETO

Razões em Separado

Em 05.01.88.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 089/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As instituições declaradas de Utilidade Pública, pelo Estado do Paraná, poderão nas prestações de contas das verbas recebidas através de convênios ou doações do Estado, Município, ou Autarquias Estaduais e Municipais apresentar notas fiscais e recibos de todos os gastos efetivamente realizados pela entidade, inclusive com despesas de luz, água, telefone, tributos e taxas de qualquer natureza, despesas de pessoal e encargos sociais. ( Isto é, 100% dos valores efetivamente despendidos)..

Art. 2º - As despesas de pessoal e encargos sociais referidos no artigo 1º são aquelas realizadas pelo pessoal da administração contratados diretamente pela instituição e sob sua responsabilidade trabalhista.

Art. 3º - Não poderão ser utilizados

para a comprovação de despesas, recibos de pagamentos de autônomos ou outro qualquer pagamento de mão-de-obra de quem não seja contratado pela instituição nos termos da Lei Trabalhista.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.12.87.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

A Proposição n° 09388.

Trata a Proposição de Veto aposto ao Projeto de Lei n° 89/87, aprovado pelo Legislativo.

A negativa de Sanção decorreu pelos motivos expostos no Ofício n°49/88, do chefe do Poder Executivo.

Os prazos processuais estão obedecidos e adequados ao quadro procedimental.

A proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ERONDY SILVÉRIO - Relator.

Aprovado.

- O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Questão de Ordem.
- O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra.
- O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito Verificação de "quorum".
- O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere...
- O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem), Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Tem a palavra.
- O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Eu solicito que Vossa Excelência determine a chamada nominal.
- O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requeiro verificação da votação.
- O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Nós vamos proceder a verificação de votação, bem como a chamada nominal dos Senhores Deputados.
- O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.
- (O Senhor 1º Secretário procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vinte e oito Senhores Deputados responderam a chamada. Vamos proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se. (Pausa). Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa). Vinte e cinco Senhores Deputados rejeitaram o Projeto. O veto está mantido.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) Eu indago à Mesa, a esta Presidência, com base no Regimento Interno, qual o número necessário para aprovar o veto?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Trata-se de matéria vencida, não há razão de que o ilustre Deputado venha interpelar a Mesa.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu insisto na Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A título de orientação, não custa nada prestar esta informação ao Deputado.

Para rejeitar o veto há necessidade de 2/3 dos Senhores Deputados presentes. Para aprovação do veto, para se manter o veto, há necessidade da maioria dos Senhores Deputados presentes, o que aconteceu neste ato.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Luiz Alberto Oliveira, Erondy Silvério e Ezequias Losso, na qualidade de Líderes do PMDB, PFL, PT, PDS, PTB, e PL, constantes do expediente, solicitando a prorrogação das Comissões até o dia 30 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ary Florêncio Guimarães, ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Libânio, ex-Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, ocorrido no dia 09 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arlindo Desconci,

ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano, no Município de Coronel Vivida. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ary Florêncio Guimarães, ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Maria Bastos Marcondes, ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano, no Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ary Florêncio Guimarães, ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 78/88. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arnaldo Gedanken, ocorrido nesta Capital. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, para não quebrarmos a praxe desta casa e deixarmos de aprovar um requerimento de voto de pesar, eu gostaria de sugerir a Vossa Excelência que colocássemos em votação apenas a súmula do voto de pesar porque na justificativa o ilustre e lúcido Parlamentar Rafael Greca aproveitou para tecer comentários desairosos ao Governador Álvaro Dias. Então, para não quebrarmos a praxe, eu faço essa sugestão a Vossa Excelência: que votemos, apenas a súmula, deixando de votar então a justificativa por ser ofensiva ao Governador Álvaro Dias.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicitaria então à Mesa que procedesse à leitura deste documento para que a Casa tivesse pleno conhecimento do que está votando.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa chama a atenção dos Senhores Deputados e solicita ao Senhor 1º Secretário a leitura do requerimento. De antemão, a Mesa reconhece serem pesados os termos utilizados pelo Deputado Rafael Greca no requerimento de voto de pesar, com termos pesados

e endereçados às autoridades constituídas. Realmente não condiz a intenção inicial com o proposto no requerimento. Contudo, o Senhor 1º Secretário lerá na íntegra o requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (José Afonso Junior) (Procede à leitura do requerimento)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa vai colocar então a proposta da Liderança da Bancada do PMDB em votação para que se vote o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arnaldo Gedanken, simplesmente o voto de pesar. A matéria está em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Grupo Folclórico "Barvinok", pelas apresentações nos Estados Unidos da América e Canadá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da "Carta de Paranaguá", contendo posicionamento das Universidades e Faculdades paranaenses. - Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)  
Três Srs. Deputados aprovam; 16 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Mauro Saldanha Baruque, pela sua investidura como Presidente da Associação de Instituições de Metrologia. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado pelo Jornal "Indústria e Comércio", sob o título "Na Assembléia Legislativa, mais um ato covarde". - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela realização da X Convenção Nacional de Alcoólicos Anônimos realizada nesta Capital, de 31.03.88 a 02.04.88. - Encerrada a



discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Interact Club de Ivaiporã, pelo excelente trabalho de caráter social desenvolvido por essa entidade e que se refere à captura de cobras para a produção de soro ofídico. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Procurador do Estado, encarecendo a instalação de uma Procuradoria Regional do Estado, no Município de Ivaiporã. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a implantação do ensino de Primeiro e Segundo graus noturno, na localidade de Timbú Velho, no Município de Campina Grande do Sul. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando que a Mesa Executiva deste poder lhe forneça a certidão contendo as conclusões da Comissão de Inquérito destinada a apurar irregularidades que causaram deterioração de alimentos destinados à merenda escolar. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Morretes. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da nota à imprensa, de autoria da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Prefeito do Município de Tapejara, pela passagem do aniversário do Município. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, para que, perante a Comissão de Segurança Pública deste Poder, preste esclarecimentos sobre fatos constantemente veiculados pela imprensa de todo o Estado, e alcançando destaque nacional. - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n° 127 e 340/87.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 110, 284, 338 e 346/87, e 021/88, e do Projeto de Resolução n° 022/88.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 363, 381 e 386/87, 06, 13, 25 e 35/88.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 46 a 50/88 e 55/88, e dos Projetos de Resolução n° 04 a 15/88.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n° 03, 07 e 08/88.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 25/88

##### DECRETA:

I - exonerar, a pedido, MARIA ANGELA MARQUES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Deputada Amélia Hruschka, a partir de 1° de fevereiro de 1988.

II - prover, ERALDO TEODORO OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Deputada Amélia Hruschka, a partir de 1° de fevereiro de 1988.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 26/88

prover, MARCOS LUCIO MACHADO, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, a partir de 1° de fevereiro de 1988.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.02.88.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 44/88

I - exonerar, a pedido, RITA SOARES BERTOLI, matrícula n° 052, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretora da Diretoria Legislativa, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

II - exonerar, a pedido LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n° 422, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Co-

ordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

III - prover, LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n° 422, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretora da Diretoria Legislativa, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

IV - exonerar, a pedido, CLARICE FROES DE MIRANDA, matrícula n° 547, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria da Ata e Redação de Debates, da Diretoria Legislativa, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

V - prover, MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula 175, funcionária efetiva, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria da Ata e Redação de Debates, da Diretoria Legislativa, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

VI - exonerar, a pedido, VALDICIR NASAR, matrícula n° 412, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Pessoal, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

VII - prover, RENE VASCO GARCIA, matrícula n° 429, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Pessoal, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

VIII - exonerar, a pedido ACIR VILLATORE, matrícula n° 364, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

IX - prover, SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula n° 172, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

X - exonerar, a pedido, ANTÔNIO DOS SANTOS RIBAS, matrícula n° 357, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Tesoureiro Adjunto, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

XI - prover, MARCOS UNIGA, matrícula n° 424, funcionário efetivo, do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-4, de Tesoureiro Adjunto, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

XII - exonerar, a pedido, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula n° 512, funcionário efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

XIII - exonerar, a pedido, FARID LUIZ GUÉRIOS, matrícula n° 480, funcionário efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

XIV - prover, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula n° 512, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 29 de fevereiro de 1988.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 45/88

I - exonerar, a pedido, MARIO HENRIQUE DA CRUZ, matrícula n° 148, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto, da Diretoria Financeira;

II - exonerar, a pedido, EDELTRAUD FILGUEIRAS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5 de Assessora Parlamentar, do Gabinete da Presidência.

III - prover, MARIA LEONI WOLF, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora Parlamentar, do Gabinete da Presidência;

IV - exonerar, a pedido, LEONEL MAGRAF, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, da Administração deste Poder.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 46/88

I - exonerar, a pedido, ELIZA AMÉLIA MOSSE GALVÃO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

II - prover, FARID LUIS GUÉRIOS, matrícula n° 512, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 29 de fevereiro de 1988;

III - prover, ELIZA AMÉLIA MOSSE GALVÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 29 de fevereiro de 1988.

Palácio XIX de Dezembro, em 29.02.88.

**DECRETO LEGISLATIVO N° 67/88**

- I - exonerar, a pedido, ALBINO SUDUL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 31 de março de 1988;
- II - exonerar, a pedido, ELISABETH MARGOT FREIS MORETTO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 31 de março de 1988;
- III - prover, ALBINO SUDUL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 31 de março de 1988;
- IV - prover, ELISABETH MARGOT FRIES MORETTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 31 de março de 1988.

(Protoc. n° 1698).

**DECRETO LEGISLATIVO N° 68/88**

- I - exonerar, a pedido, ATANAILDO GURAL, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 01 de março de 1988;
- II - prover, ALTAIR DA LUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 01 de março de 1988.

(Protoc. n° 1381).

**DECRETO LEGISLATIVO N° 69/88**

colocar à disposição da Câmara Federal, a funcionária SANDRA REGINA CANTARIN MORETTI PACHECO, matrícula n° 118, ocupante do cargo de Jornalista, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com ônus para este Poder.

(Protoc. n° 1292).

**DECRETO LEGISLATIVO N° 70/88**

- I - exonerar, a pedido, MALVINA MARTINS AZEVEDO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 01 de março de 1988;
- II - prover, TEREZINHA CLÉLIA NEGRELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 01 de março de 1988.

(Protoc. n° 1382).

Palácio XIX de Dezembro, em 04.04.88.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY - 1.° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2.° Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

**PORTARIA N° 39/88**

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula n° 416, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1987, que deixou de gozar.

(Prot. n° 11950).

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.03.88.

**PORTARIA N° 40/88**

mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de VALDICIR NAS-SAR, matrícula n° 412, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) anos e três (03) meses, períodos compreendidos entre 08 de março de 1962 a 07 de junho de 1963, e 08 de junho de 1963 a 07 de junho de 1965, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Prot. n° 1333).

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.03.88.

**PORTARIA N° 41/88**

designar, RITA CELESTINO BERTOLI, matrícula n° 052, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria da Procuradoria.

(Prot. n° 1641).

**PORTARIA N° 42/88**

conceder, a JOSÉ AUGUSTO TUSSOLINE RAMOS, funcionário contratado (CLT) desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22 de março de 1988.

(Prot. n° 1646).

**PORTARIA N° 43/88**

1°- mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo art. 2° da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEUSA OLIVIA MELARA, matrícula n° 344, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que

deixou de gozar; e

2º- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos dos Arts. 247 e 248, da Lei nº 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano e seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 2º decênio e o 5º quinquênio, compreendidos entre 10 de dezembro de 1973 e 10 de outubro de 1986, antecipados em razão da incorporação correspondente ao 1º decênio e das férias de 1973, 1976, 1977, 1980, 1981, 1982 e 1985, contadas em dobro.

(Prot. nº 778).

PORTARIA Nº 44/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo do serviço público de AYRTON ALVES ARANHA, matrícula nº 413, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 11 de maio de 1984 e 11 de março de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1984, 1985, 1986 e 1987, contadas em dobro.

(Prot. nº 1284).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.03.88.

PORTARIA Nº 45/88

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada (CLT), deste Poder, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 17 de março do corrente ano.

(Prot. nº 1748).

PORTARIA Nº 46/88

conceder, a DEISE XAVIER DEL CORSO, funcionária contratada (CLT), deste Poder, sessenta (60) dias, de licença para tratamento de saúde, a partir de 04 de março do corrente ano.

(Prot. nº 1737).

PORTARIA Nº 47/88

mandar incorporar, ao acervo de serviço público de INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula nº 123, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 15 de novembro

de 1983 e 15 de janeiro de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1986 e 1987, contadas em dobro. (Prot. nº 1507).

PORTARIA Nº 48/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, matrícula nº 011, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, referentes ao dobro das férias de 1987, que deixou de gozar.

(Prot. nº 1173).

PORTARIA Nº 49/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de RONALDO BAPTISTA, matrícula nº 430, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 11 de maio de 1984 e 11 de março de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1984, 1985, 1986 e 1987, contadas em dobro.

(Prot. nº 1521).

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.03.88.

PORTARIA Nº 50/88

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei nº 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de MARINA CUNHA MARTINS, matrícula nº 597, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) anos, quatro (04) meses e vinte e cinco (25) dias, período compreendido entre 04 de outubro de 1962 e 28 de fevereiro de 1967, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal nº 3807, de 26 de agosto de 1960, conforme certidão em anexo.

(Prot. nº 1792).

PORTARIA Nº 51/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor

de JOÃO MARTINS SOBRINHO, matrícula n° 382, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1987, que deixou de gozar.

(Prot. n° 0235).

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.04.88.

#### PORTARIA N° 52/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2° da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período de férias, conforme especifica:

EURICO HARALD SCHOENARDI- Matrícula n° 132  
2 meses - 1987

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS - Matrícula n° 502

2 meses - 1987

ROBERTO NOVAES - Matrícula n° 130

2 meses - 1987

ANTONIO CLARET DE REZENDE- Matrícula n° 141

2 meses - 1987

DIMITRYA PIRIH MARANHÃO - Matrícula n° 138

2 meses - 1987

PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS- Matrícula n° 005

(Prot.n°s 668, 1607, 1615,  
1616, 1704 e 1707).

#### PORTARIA N° 53/88

1°- mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO CAXIAS URBAN, matrícula n° 408, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar; e,

2°- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5° quinquênio, compreendido entre 09 de maio de 1983 e 09 de janeiro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4° quinquênio e das férias referentes aos anos de 1974, 1975, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Prot. n° 1164).

#### PORTARIA N° 54/88

1°- mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art.150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula n° 595, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar; e,

2°- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 247, da referida Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 07 de setembro de 1970 e 07 de janeiro de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3° quinquênio, e das férias relativas aos anos de 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Prot. n° 0358).

#### PORTARIA N° 55/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LINDAMIR GONÇALVES BORGONOV, matrícula n° 212, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1987, deixadas de gozar.

(Prot. n° 788).

#### PORTARIA N° 56/88

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada (CIT), deste Poder, quarenta e cinco (45) dias, de licença para tratamento de saúde, a partir de 01 de abril de 1988.

(Prot. n° 1912).

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.04.88.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

11.ª LEGISLATURA- 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 6 (seis) dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se sob a presidência do Deputado José Domingos Scarpellini, a Comissão de Agricultura. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à

Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o Projeto de Lei nº 314/87 - de autoria do Deputado Pedro Tonelli dispondo sobre "Fixa a obrigatoriedade do Banestado destinar os recursos próprios para financiamento agrícola para os pequenos e médios produtores. Fixa ainda, a obrigatoriedade do Banestado acertar a safra agrícola como garantia dos empréstimos conforme específica. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer: que seja convertido em diligência junto ao Banestado para que se pronuncie", colocado em discussão, foi

aprovado parecer do relator.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, do que para constar, eu, Rubens Bremer, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI  
Presidente  
RUBENS BREMER  
Secretário.